



Uma Análise da obra de Roger Chartier Sobre a História da Leitura¹

Júlio ALTIERI²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO: A história da leitura tem sido estudada sob diversas abordagens teóricas. Roger Chartier, historiador francês, resolveu pesquisá-la por um viés alternativo. Seu pensamento a encara como uma prática encarnada por gestos, espaços e hábitos. Não é apenas uma operação intelectual abstrata, mas também inscrição dentro de um espaço, relação consigo mesma ou com os outros, que pode ser usada para fins muito além da obtenção de informações.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura; história; Chartier.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma pesquisa, em andamento, sobre a obra do pesquisador francês Roger Chartier.

Em se tratando de uma pesquisa nos seus inícios, foram abordados ainda um número reduzido de textos. Mas se buscou na escolhas destes, um trabalho progressivo, que levasse às obras mais densas, que tocassem nas bases fundamentais das teses do historiador francês, muitas das quais procuram romper com perspectivas ultrapassadas por pesquisas mais recentes e detalhadas, segundo ele nos indica.

O trabalho foi estruturado em três partes básicas. Na primeira temos o perfil do homem responsável pela obra que estudamos, detalhando suas formações, origens acadêmicas e, o foco da pesquisa. A segunda parte é composta do corpo teórico, onde tentamos destrinchar suas principais teses. Ela é dividida em três entretítulos, que abarcam o que consideramos a espinha dorsal da história da leitura na visão de Chartier: a metodologia, o mecanismo da apropriação e a variabilidade histórica da leitura. Em último, encontra-se um exemplo, em que é descrito, em linhas resumidas, a aplicação das ideias sobre a história da leitura no caso do modelo editorial da Biblioteca Azul. Ao

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 13 a 15 de maio de 2010.

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da FCS-UERJ e bolsista CNPq orientado por Márcio Gonçalves, Professor do Curso de Jornalismo da FCS-UERJ email: julio_altieri@hotmail.com
dividir o trabalho de Chartier nas partes anteriormente citadas, apresentou-se um problema, pois o pensamento do pesquisador está fortemente entrelaçado. Contudo, por



motivos de clareza e apresentação decidimos mantê-los divididos, para também destacar os aspectos que são principais e detalhá-los, dando a eles áreas estanques de esclarecimento, o que facilita bastante seu entendimento.

Por outro lado, optamos por organizar a ordem destes entretítulos em uma seqüência que levasse em conta a ideia de que tanto a apropriação e a historicidade da leitura decorrem da metodologia, a qual, por sua vez, é consequência do ponto de vista do autor sobre seu objeto de estudo.

Assim busca-se estabelecer neste artigo um rápido panorama do trabalho de Chartier sobre a história da leitura.

1. Quem é Roger Chartier?

Pesquisador francês nascido em 1945, Roger Chartier graduou-se professor pela *Ecole Normale Supérieure de Saint-Cloud* entre 1964-69 e historiador pela *Université Sorbonne*, no mesmo período.

Em sua carreira como professor, lecionou no *Lycée Louis-Le-Grand*, em Paris, de 1969 a 1970, quando integrou à *Université Paris I*, como assistente de história moderna até 1975. Mais tarde tornou-se mestre conferencista da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, passando em seguida a diretor de estudos da mesma.

No ano de 2007, Chartier ocupou, então, o cargo de professor do *Collège de France*, na cadeira de Escrita e culturas na Europa moderna, onde atualmente atua em torno das pesquisas sobre o tema do ato da leitura.

Seus primeiros estudos, em conjunto com o também historiador francês, Dominique Julia, foram sobre a história da educação. O trabalho, que se voltava para as comunidades de estudantes e as instituições de ensino, conduziu Chartier ao questionamento do papel da circulação e da apropriação dos textos. Deu-se assim o início das pesquisas sobre a leitura.

Suas teses principais, as quais este artigo busca abordar, são objetivamente duas. A primeira seria a noção de que a leitura e todos os gestos que a compreendem são *variantes históricas*. Dessa decorre, que sua *apropriação*, isto é, a compreensão e uso do que está escrito, também varia de acordo com fatores presentes na prática da leitura. Dentre tais fatores podemos citar o suporte material do impresso; sua época, abrangendo não só a data de fabricação, mas também a em que é lido, escrito ou editado; e a comunidade em que circula.



O segundo ponto de destaque de seu pensamento são suas idéias sobre o momento que vive agora o universo da leitura. Para Chartier, a invenção dos textos eletrônicos diferencia-se de todas as outras revoluções da leitura. O autor acredita que

[...] pela primeira vez, estes três níveis: o nível da técnica, o nível da forma de suporte, e o nível da prática da leitura se transformam ao mesmo tempo. Quer dizer que a textualidade eletrônica é, evidentemente, uma revolução tecnológica, que transforma totalmente a forma de inscrição da cultura escrita, substituindo pela tela do computador todos os objetos e a cultura impressa: o livro, o jornal, a revista, etc. E isso implica, ou permite, uma transformação da relação com o texto escrito pelo leitor. (CHARTIER, entrevista TveBrasil, junho de 2004)

Em torno desse tema, o historiador já publicou diversas obras, entre elas inúmeros livros traduzidos para o português, como: *Formas e Sentido: Cultura Escrita: Entre Distinção e Apropriação, Inscrever & Apagar, Leituras e Leitores na França do Antigo Regime e, Práticas da Leitura*. Além destas publicações, Chartier organizou, com o paleógrafo e historiador italiano, Guglielmo Cavallo, um conjunto de artigos sobre as muitas formas de leitura que figuraram na sociedade ocidental da Antiguidade até a atualidade, intitulado: *História da leitura no mundo ocidental*, encontrado em dois volumes em português.

Historiador de destaque, Roger Chartier tornou-se conhecido em muitos países. Atualmente é membro das universidades de *Havard* e a Universidade da Pensilvânia, nos EUA (Estados Unidos da América). No Brasil é um estudioso importante na área das ciências humanas, já tendo visitado o país diversas vezes para proferir palestras, participar de eventos, entre outros.

1. As Práticas de Leitura

No entendimento de Chartier, a leitura que fizemos ontem e a leitura que fazemos hoje, independente de ser um mesmo trecho, de um mesmo livro, de uma mesma edição não é a mesma em si. No ato da leitura e estudo desta, não há leis imutáveis.

Como uma ação humana, a leitura é cheia de gestos e porquês, que se definem em conformidade com aspectos mais diminutos do cotidiano. Estes escaparam durante um longo período de tempo dos estudos estatísticos tradicionais da leitura, que se centravam em informações como: quantos livros existiram em certa cidade durante certo período, quantos livros eram usados na escola de um dado vilarejo, entre outros. Estas formas de análise não abarcavam a leitura em sua totalidade, deixando fugir aspectos, que muitas vezes eram desconsiderados ou imperceptíveis, hábitos comuns escondidos pela ausência de uma documentação específica. Neste sentido podemos destacar o



empréstimo de livros, prática tão antiga quanto o próprio meio, e de muita importância no entendimento da difusão do mesmo. (CHARTIER, 2003, Cap. 5)

Outros exemplos de gestos esquecidos seriam: a diversidade de formas de se ler um livro e os fatores que condicionam tal pluralidade. Para Chartier, saber se um livro poderia ser manejado com uma só mão, porque sua forma em códice permitia isto, deixando a outra mão livre para anotações, é tão relevante quanto os dados estatísticos. Pois, as mínimas diferenças na forma de ler, como no exemplo citado acima, possibilitavam, por exemplo, um estudo cada vez mais minucioso das produções literárias. Está é, então, uma característica importante no trabalho do historiador francês, pois compõe o universo dos hábitos de leitura, entendidos todos como capazes de interferir na mesma.

A abordagem dos trabalhos de Chartier, porém, não deixa de lado toda uma fundamentação por dados estatísticos vistos nos estudos tradicionais. Porcentagens, números e datas estão massivamente presentes, junto de um acompanhamento forte das transformações destes índices ao longo dos anos e séculos em regiões específicas. Como exemplo, temos a cidade de *Troyes*, na França, alvo de uma profunda análise em seu livro *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*, na busca de compreender a Biblioteca Azul, fenômeno que será tratado mais a frente neste artigo.

É levada em conta, nestes trabalhos de catalogação de dados, uma ampla gama de informações sobre um texto impresso. Sua data de impressão, anos e vezes em que chegou a ser reimpresso, as cidades e editores que o imprimiram, diferenças e distorções entre as edições, o uso comum do texto, o tipo de público que costumava usá-lo, a qualidade do material empregado no suporte, a estratégia editorial adotada pelos impressores para lançá-lo, entre tantos outros. Esse olhar minucioso sobre o universo dos textos advém da idéia de que “a leitura não é apenas uma operação intelectual abstrata: ela é uso do corpo, inscrição de um espaço, relação consigo mesma ou com os outros.” (CHARTIER e CAVALLO, 1998, p. 8)

Tal compreensão do mundo da leitura remete às ideias de Michel de Certeau, fonte central para os estudos do historiador lionês. Certeau afirma que “a escrita acumula, estoca, resiste ao tempo pelo estabelecimento de um espaço e multiplica sua produção pelo expansionismo da reprodução.” (CERTEAU apud CHARTIER, 1998, p. 5) O que, para Chartier, “estabelece uma distinção fundamental entre o traço escrito, seja ele qual for, fixado, durável, conservador, e suas leituras, sempre na ordem do efêmero, da pluralidade, da invenção.” (CHARTIER e CAVALLO, 1998, p.5)



Apresentados aqui, de maneira resumida, os pontos principais da pesquisa de Chartier: a variabilidade histórica da leitura, a propriedade da apropriação dos textos e a metodologia aplicada em sua obra, agora podem ser abordadas mais profundamente nas três partes a seguir.

2.1 Metodologia; Uma Nova Maneira de Tratar os Estudos da Leitura

“Contar títulos e edições, no entanto, não basta: é preciso também detectar os gestos que eles recomendam ou estigmatizam.” (CHARTIER, 2003, p. 172)

Quando nos atemos à metodologia de Chartier, percebemos sua preocupação com a construção de um texto bem embasado e estruturado, mas este não é o único princípio que segue para delinear a história da leitura. Justamente, pela já sugerida visão de que apenas um método quantitativo para descrever os caminhos da leitura não seria capaz de abarcá-la por completo.

O autor esclarece que essa usual tomada, muito restrita, é consequência de uma representação da leitura elaborada pela literatura e repetida por uma corrente da história, a qual pensa o texto como algo que existe em si mesmo, independente de sua materialidade. (CHARTIER, 1998, Cap. 2) Em contrapartida, afirma [...] que não existe texto fora do suporte que permite sua leitura (ou da escuta), fora da circunstância na qual é lido (ou ouvido). (CHARTIER e CAVALLO, 1998, p. 9). Portanto, os textos não podem ser estudados à parte de seu suporte e de seu contexto de leitura

Um percurso sobre o campo de estudos da leitura revela, inicialmente, duas possíveis abordagens, que divergiam ou excluíaam elementos levados em conta pela outra. Dentre essas, uma objetivava, como declara Chartier, o deslocamento da história literária tradicional. Já a outra acreditava em uma história social dos usos do escrito. A primeira das tomadas compreende-se pelos pensamentos da estética da recepção à moda alemã, a *reader-response theory* à moda americana e nos trabalhos baseados nos formalismos russo e tcheco. A ideia central aqui, se apoiava na compreensão da obra como uma interpretação [...] do texto não inteiramente comandada pelas disposições lingüísticas e discursivas. (CHARTIER e CAVALLO, 1998, p. 36)

Contraopondo-se à primeira tomada, temos a história da leitura descrita pela história da alfabetização e da escolarização, das normas e competências culturais e, por fim e de grande importância, dos usos do impresso. Essa foi, então, herança dos estudos clássicos, que passaram a descrever aspectos como a conjuntura da produção editorial, a sociologia dos possuidores de livros, a clientela dos livreiros, dos gabinetes literários e



das sociedades de leitura, todos nas muitas e diferentes regiões européias, onde foi possível catalogar e documentar de alguma maneira a presença de textos.

“Ela apareceu como prolongamento possível, necessário, dos estudos clássicos que desenharam, para diferentes locais europeus, a conjuntura da produção editorial, a sociologia dos possuidores de livros, a clientela dos livreiros, dos gabinetes literários e das sociedades de leitura.” (CHARTIER, 1998, p.36)

Por último temos uma terceira posição, que foi proposta pela análise bibliográfica de corrente inglesa e americana. Esta abordagem articula pontos das duas posições anteriores, mostrando “como as formas do livro e as disposições da página afetam a construção do sentido do texto”. (CHARTIER e CAVALLO, 1998, p. 37) e ao mesmo tempo apontam para os traços de circulação (como marcas de posse, menções de compra, de doação e empréstimo) e de leitura do livro (como trechos sublinhados, anotações, índices pessoais, textos manuscritos, entre outros). Conseqüentemente vemos o reconhecimento da relevância da maneira como cada leitor, ou melhor, usuário dos textos o utiliza, seja mesmo para fins subjetivos, como ostentação social - em épocas que ser letrado era um privilégio - ou para obter informação.

Chartier optou por reconhecer a importância de todas as abordagens, mas seguiu a terceira, com maior ligação à tomada histórica, temos assim uma abordagem própria do autor. Desta forma podemos expor, através de suas próprias palavras, os objetivos traçados devido à escolha desta abordagem, que se centra nos citados traços de circulação e leitura do livro

[...] reconhecer as coerções que limitam a frequência aos livros e a produção do sentido; inventariar os recursos mobilizáveis pela liberdade do leitor – uma liberdade sempre inscrita no interior de dependências múltiplas, mas que está em condições de ignorar, deslocar ou subverter os dispositivos destinados a reduzi-la. (CHARTIER e CAVALLO, 1998, p. 37) Dispositivos estes que serão mais detalhados na parte destinada à compreensão do mecanismo da apropriação.

Este posicionamento diferente sobre o assunto leva Chartier a equipar seu texto sempre de esclarecimentos em relação a sua abordagem metodológica. Ele estabelece um diálogo com seu leitor explicando os porquês de estar caminhando o texto para uma ou outra direção.

É de costume encontrarmos em suas obras diversas análises da prática da leitura em contextos sociais variados. De exemplo podemos citar a investigação elaborada sobre a chamada literatura da malandragem na Biblioteca Azul (CHARTIER, 2003, Cap. 8), onde se vasculha um ramo específico das edições de *Troyes*, entre os séculos XV e



XVIII, a qual no seu repertório literário acolhia essas narrativas jocosas e recreativas, que incluía histórias sobre os malandros na França. Este tipo de análise bem específica, aliado a todo um trabalho intenso e vasto sobre outros contextos de leitura, indica uma característica de toda sua produção, decorrente da abordagem metodológica adotada, a preocupação com os gestos, espaços e hábitos da leitura.

Sendo assim, podemos ver do autor a aplicação de uma nova metodologia de pesquisa em sua área, que opta por uma corrente, a qual articula as abordagens clássicas com enfoque histórico em dois elementos básicos, os traços de circulação e de leitura dos textos, que são conduzidos por duas forças, as de coerção e as de liberdade. Peças chave no entendimento do seguinte elemento da obra de Chartier, a apropriação.

2.2 O Mecanismo da Apropriação; Entre Coerções e Liberdades

“New readers make new texts, and their new meanings are a function of their new forms.” (MACKENZIE apud CHARTIER, 1998, p. 7)

Como já foi previamente citado, no pensamento de Chartier encontram-se dois elementos chave, um é a variabilidade histórica da leitura, o outro, do qual falaremos agora, é o mecanismo da apropriação.

Pode-se dizer que a apropriação está ligada à forma como compreendemos, no sentido amplo do termo, a leitura, desde o meio como vemos os possíveis usos dos textos até as informações neles contidas. Ela também está ligada às diversas práticas e interpretações, tanto do conteúdo escrito como do conteúdo visual (capa, cores, tipo de papel, suporte e etc.), que podemos dar aos textos, assim como conferimos sentidos e significações às coisas do nosso dia-a-dia. Numa ideia imprecisa, mas objetiva poderíamos dizer que o texto é um organismo maleável dentro do ambiente social, que toma formas e funções distintas através de contextos diferentes, que não só ser lido, ou ainda, não só ser lido e compreendido de uma única forma.

É importante destacar, que não necessariamente um texto será lido, se pertence a uma pessoa. O livro pode ser possuído não como um objeto de leitura, Chartier compreende usos para o livro muito além de suas funções imediatas, que são o armazenamento de informações e a leitura destas. É essa a ideia da apropriação, mostrar a variabilidade de usos do livro.

Chartier, assim declara:

“Uma vez escrito e saído das prensas, o livro, seja ele qual for, está suscetível a uma multiplicidade de usos. Ele é feito para ser lido, claro, mas as modalidades do ler são,



elas próprias, múltiplas, diferentes e segundo as épocas, os lugares, os ambientes.” (CHARTIER, 2003, p. 173)

É então, aqui que se destaca novamente a aplicação da abordagem metodológica escolhida por Chartier, pois esta pôde observar o mecanismo da apropriação através do entendimento da sociologia da desigual distribuição do livro, a qual mascarou a pluralidade de usos e também levou ao esquecimento o fato de os textos serem sempre tomados dentro de uma rede de práticas culturais e sociais, que lhe dão sentido.

“A abordagem estatística que, no passado, pareceu dominar a história cultural francesa e que visava, antes de tudo, medir a desigual divisão social de objetos, de discursos, de atos colocados em séries não poderia, portanto, ser suficiente. Supondo correspondências demasiado simples entre níveis sociais e horizontes culturais, apreendendo os pensamentos e as condutas em suas expressões mais repetitivas e mais redutoras, semelhante abordagem perde o essencial, que é a maneira contrastada como os grupos e os indivíduos fazem uso dos motivos ou das formas que compartilham com outros.” (CHARTIER, 2003, p. 13)

Ao estudarmos as bibliotecas privadas e suas funções e espaços dentro da vida das pessoas, entre os séculos XV e XVIII, podemos observar melhor o mecanismo da apropriação. (CHARTIER, 2003, p. 196) As bibliotecas eram antes de tudo espaços para conservar os livros e textos, aliando a isso certa ostentação social. Ter muitos livros na sua casa poderia indicar sua condição financeira ou mesmo intelectual e, assim cobrir-se de status. Mesmo que no fim não fosse ler nem dois ou três daqueles livros. Os indivíduos apropriam-se do livro desviando sua função primordial de armazenamento de informação.

Entretanto, a presença dos livros e textos não se limitava à biblioteca. Nas casas podiam-se encontrar livros em diversos lugares, como nos cômodos dedicados à reza, em que era comum a presença de bíblias em estantes ao lado de imagens de santos e terços, às vezes nem lidas, somente ostentadas como símbolos de sacralidade. Havia ainda situações em que a localização dos textos indicava um uso específico e, portanto uma forma de leitura específica. Exemplo disso são os livros de marcenaria ou qualquer outro que ensinasse técnicas profissionais. Estes podiam ser encontrados nas oficinas, indicando uma leitura em pé, ligeira e não muito linear. Usados mais como fonte de consulta para retirar dúvidas ou lembrar padrões do trabalho, tinham assim um caráter de manual. Vêem-se, então, os muitos usos dos textos e, portanto, sua interferência nos hábitos de leitura.

Esse exemplo torna-se mais claro, se comparado com o tipo de leitura que se via nas bibliotecas privadas. Seus móveis e títulos, a decoração e a finalidade do cômodo,



somados ao espírito de tranquilidade que subentende essa área da casa, indicam uma leitura calma, relaxada, entrecortada por sonecas e, se não for uma leitura solitária, cercada por debates sobre os temas das obras lidas.

A apropriação também pode ser percebida no processo de difusão do impresso, fenômeno gradativo que teve um boom entre os anos de 1660 e 1780, levando a uma significativa diferenciação das leituras e, portanto, uma multiplicação dos sentidos e usos atribuídos a elas. (CHARTIER, 2003, p. 232) Sem dúvida esse movimento ganhou força com fortes práticas até então despercebidas. Dentre essas entendemos o surgimento das bibliotecas públicas, dos gabinetes de leituras, das locadoras de livros, do hábito dos empréstimos entre conhecidos, além também das formas de leitura em público, geralmente de cartazes, folhetins e pasquins. (CHARTIER, 2003, p. 112-116)

Mas o novo nível de circulação de textos chega a efeitos possivelmente contraditórios, como declara Chartier:

“Sua circulação numa nova escala tem efeitos possivelmente contraditórios: por um lado, ela permite inculcar as novas disciplinas, sejam elas da fé, da civilidade, ou das técnicas; por outro lado, ela permite uma libertação dos espíritos que, pela informação apreendida ou pela ficção investida, podem escapar das repetições obrigatórias de um cotidiano estreito.” (2003, p. 233)

A aparente contradição citada acima ocorre, pois a forma como o mecanismo da apropriação trabalha baseia-se em dois vetores, que podem gerar tais efeitos ao se observar os textos dentro dos contextos sociais. Estes vetores são as variáveis de coerção e as de liberdade. As coerções são as leis, o direito e as regras escritas ou não da sociedade. São todo um conjunto de imposições sociais que limitam a liberdade de ação, de invenção e de apropriação na leitura. Elas podem vir inclusive do próprio leitor, por meio das auto-censuras, conscientes ou automáticas, resultados de uma educação formalizadora. Dentre dos elementos de coerção temos as estratégias editoriais, as censuras de estado ou instituições, direitos autorais, a própria estrutura textual, as expectativas do leitor para com o texto, as opiniões alheias sobre esse, as condições físicas de leitura e muitos outros. (CHARTIER e CAVALLO, 1998, p. 37)

O segundo vetor seriam as liberdades, que vêm da capacidade dos leitores de se apoderarem dos textos, criando-lhes um novo sentido a partir de suas expectativas de leitura. É o espaço livre entre as coerções em que o leitor interpreta o conteúdo e os usos dos textos e age por conta própria. Mas também nada determina que o leitor não possa transpor as coerções e agir além delas.



“No interior dos territórios assim propostos aos seus percursos, os leitores se apoderam dos livros (ou dos outros objetos impressos), dão-lhes um sentido, envolvem-nos com suas expectativas. Essa apropriação não se faz sem regras nem sem limites. Algumas provêm das estratégias usadas pelo próprio texto, que deseja produzir efeitos, ditar uma postura, obrigar o leitor. As armadilhas que lhe são preparadas e nas quais ele deve cair, sem nem mesmo dar-se conta, estão na proporção da inventividade rebelde que sempre se supõe existir sobre ele.” (CHARTIER e CAVALLO, 1998, p. 38)

A ideia resume-se assim pelas palavras de Chartier

“Essa dialética da coerção e da invenção implica o cruzamento entre uma história das convenções que normatizam a hierarquia dos gêneros, que definem as modalidades e os registros do discurso, e uma outra história, a dos esquemas de percepção e de julgamento próprios a cada comunidade de leitores.” (CHARTIER e CAVALLO, 1998, p. 38)

As comunidades de leitores, que acima Chartier cita, fecham sua concepção de apropriação. Estas comunidades são grupos de pessoas com técnicas, gestos e maneiras em comum na leitura. Indivíduos que podem partilhar de uma mesma profissão e morarem em uma mesma localidade, tendo objetivos e perspectivas de vida próximos, porém, ainda assim diferem, porque possuem toda uma personalidade. Desta forma, podemos dizer que o membro de uma comunidade pode pertencer simultaneamente a outras também.

Entrelaçada a todo o pensamento sobre a apropriação, encontra-se o conceito de cultura que, para Chartier não é apenas um domínio particular de produções e de práticas, supostamente distinto de outros níveis, como o econômico e o social. A cultura, então, faz parte desses também, pois [...] não existe prática que não se articule sobre as representações pelas quais os indivíduos constroem o sentido de sua existência – um sentido inscrito nas palavras, nos gestos, nos ritos. (CHARTIER, 2003, p. 18) No caso, essa prática é a leitura.

Conclui-se assim, que os mecanismos e as estruturas que determinam as relações sociais são um produto sempre instável e conflituoso das relações instauradas entre as percepções das pessoas sobre o mundo social. Então, temos que a cultura é a totalidade das relações que nela se encontram, as práticas que exprimem as representações do mundo. E os textos, a leitura, sendo elementos indissociáveis da cultura, pois objeto e prática desta, expressam-se de forma instável e conflituosa, sempre misturadas a outros usos sociais, em um processo de apropriação constante.

2.3 A Historicidade da Leitura

Em uma das primeiras páginas da introdução do livro *História da leitura no mundo ocidental*, organizado por Chartier e Cavallo, nos deparamos com a preocupação dos



pesquisadores em deixar clara a importância de se caracterizar as diversas formas de leitura nas sociedades ocidentais desde a Antiguidade.

Esse cuidado tomado pelos autores evidencia um dos principais aspectos do pensamento de Chartier, que é a historicidade da leitura. A ideia básica compreende que o ato de ler não é fixo no tempo e espaço, ela se multiplica em forma, técnica, suporte, sentido.

Debruçando-se sobre a investigação das formas de leitura presentes no campo antes e depois da Revolução Francesa, pode-se entender melhor tal variabilidade histórica. Um estudo da época sobre os hábitos de leitura, dirigido por um abade chamado Grégoire, foi uma das fontes dessa informação. (CHARTIER, 2003, p. 261) Em seus questionários o abade recebeu respostas que indicavam para a mudança de preferências de leitura e seu aumento no campo. A população rural passou a buscar muitos textos relacionados à Revolução, informando-se até sobre a constituição. Chartier acrescenta que a Revolução alterou “os hábitos culturais mais arraigados. O evento desencadeou um desejo de leitura, de informação pelo impresso, que torna obsoleta a antiga biblioteca rural.” (CHARTIER, 2003, p. 258).

As revoluções são elementos da história considerados eventos muito importantes dentro dessa área de estudo. Elas fazem parte da história da leitura sob a perspectiva cultural aplicada por Chartier, portanto, caracterizam a variabilidade histórica do hábito da leitura assinalando os momentos de ruptura, de passagem e mudanças no contexto histórico.

Nosso autor olha para a forma como os historiadores tradicionais da cultura escrita vêm aplicando o conceito de revoluções e vê um uso exagerado deste. Passa, então, a afirmar que é preciso discutir se todos os diagnósticos de revolução conferidos são realmente adequados. Talvez algumas sejam mais mutações ou transformações, do que necessariamente uma revolução.

O historiador francês cita as revoluções detectadas no passar dos séculos de leitura, desde o surgimento da escrita alfabética, na Grécia do século VIII a.C., até nossos dias. (CHARTIER e CAVALLO, 1998, passim) Destacam-se entre elas uma revolução, que é entendida como de suporte, consequência da passagem dos livros de rolo para os de código. Esta mudança acarretou incontáveis alterações em todo o universo da leitura, a forma de manuseio do livro é só uma das mais impactantes.

Mas os efeitos do correr da história da leitura não são só perceptíveis nas revoluções. Enxergam-se transformações mínimas, que são da mesma forma,



catalogadas e estudadas. Isso explica a preocupação em talhar a história da leitura desde o começo, passando pela Era Clássica, o império romano, a Idade Média e os modelos escolásticos, o Humanismo, as Reformas (Católica e Protestante), a Renascença, os séculos XVIII e XIX – entre revoluções industriais e sociais-, até o surgimento da era digital, no século XX. A última que, então, distingue a primeira vez em que tivemos, na história da leitura, as revoluções nos três níveis, o da técnica, o da forma de suporte e o da prática de leitura.

[...] a textualidade eletrônica é, evidentemente, uma revolução tecnológica, que transforma totalmente a forma de inscrição da cultura escrita, substituindo pela tela do computador todos os objetos e a cultura impressa: o livro, o jornal, a revista, etc. E isso implica, ou permite, uma transformação da relação com o texto escrito pelo leitor. (CHARTIER, 2004, p. 2)

Essas transformações explicam a relevância da passagem do tempo e dos agentes históricos sobre a leitura, que é histórica e, portanto, tem sua compreensão atrelada a datas. Estas especificam toda uma conjuntura social, a qual irá influenciar na forma como figura a leitura nessa determinada época (e lugar) e, logo, o uso dos textos.

3. Usos da Leitura: o Caso da Biblioteca Azul

A Biblioteca Azul (CHARTIER, 2003, *passim*) foi alvo dos estudos de Chartier. O autor dedicou boa parte de seu livro *Leituras e leitores na França do Antigo Regime* em prol do estudo desse conjunto de publicações. Essa foi o que podemos chamar fórmula editorial, que fazia circular livros baratos, impressos em grande quantidade e vendidos por ambulantes, surgida na cidade francesa de *Troyes*, no século XVII. A proeminente família de editores, Oudot, tem o papel principal nesta criação.

A estratégia editorial responsável pelos livros da Biblioteca azul não é originalmente uma ideia francesa. Publicações muito parecidas já eram feitas em países como a Espanha, ou a Inglaterra, na forma, respectivamente dos *pliegos de cordel* e dos *chapbook*. (CHARTIER, 2003, p. 262) Além disso, os livros azuis não são monopólio dos impressores de *Troyes*. Outras cidades francesas costumavam imitar a fórmula azul. Chartier cita algumas delas: *Rouen, Caen, Limoges e Avignon*. (CHARTIER, 2003, p. 279)

Os livros azuis, como ficaram conhecidas as publicações da Biblioteca Azul, não eram, embora possam indicar isso, populares em si. Os títulos publicados costumavam ser selecionados para estarem de acordo com as expectativas ou capacidades da clientela



que eles atingiam. Os textos vinham de diversas origens e tinham objetivos distintos, com públicos e leituras específicas. Eles alcançavam a popularidade, porque vistos em conjunto atingiam grande parcela da população, mesmo os mais ricos os liam.

A política editorial dos impressores de *Troyes*, não se definia pela qualificação social dos textos escolhidos. Os tipos de textos encontrados entre os livros azuis são, na sua maioria, de origem erudita. Não eram também textos rejeitados pela elite. Contrário ao que já se pensou por um longo tempo.

“Durante muito tempo considerado (erroneamente) como específico, o *corpus* de Troyes, na primeira geração de estudos que lhe foram dedicados, foi duplamente situado: pela identificação de seu público, tido como popular e rural, e pelo inventário dos textos que o compõem, divididos entre ficção divertida, conhecimentos úteis e exercícios devotos.” (CHARTIER, 2003, p. 262)

Ainda assim os títulos da Biblioteca Azul não são exatamente iguais aos fora dela. Isto significa que passam por processos de edição, que os padronizam e aproximam de um formato específico. As intervenções editoriais que ocorrem, segundo Chartier, são três principais. A primeira objetiva a remodelação da apresentação do texto, multiplicam-se os capítulos e aumenta-se o número de parágrafos. A seguinte intervenção segue encurtamentos dos textos. A última delas busca reformular frases, expressões e outras estruturas textuais ultrapassadas, modernizando-as. (CHARTIER, 2003, p. 270-272) Estas regras visam uma distribuição menos densa do texto na página, sua redução e simplificação, que o tornam mais “palatável” para o público.

Contudo, as modificações não param neste nível. Elas se expandem até o nível das censuras, que incentiva o corte de trechos ofensivos à religião ou à moral. Qualquer fragmento de texto que possa conter conteúdo blasfematório é expurgado pelos seus editores. Todo esse conjunto de modificações acima relatado, no entanto, é mal feito e acaba por tornar os livros, às vezes, incompreensíveis.

Quando o assunto são imagens e tamanho, as edições azuis são bem variadas. Pode haver livros extensos e, alguns curtos de 48 páginas. As produções com no mínimo uma imagem existem aos montes, mas as recheadas delas são poucas se comparado ao todo, enquanto as sem nenhuma formam maioria. Elas são mesmo muito frequentes nas páginas de título.

O público é bem variado, mas no início tem mais leitores urbanos do que rurais, principalmente pela forma como eram vendidos, geralmente por ambulantes (mas também muitos revendedores fixos as vendiam). Estes só mais tarde, entre os anos de



1660 e 1780, passaram a se deslocar para regiões rurais, e negociar as edições da Biblioteca Azul no campo.

Estudada por Chartier, a Biblioteca Azul mostra o quão diverso e complexo pode ser o universo da leitura, seus hábitos, gestos e técnicas. Suas múltiplas formas, os vários lugares onde foi editada por um também variado número de editores justificam a dificuldade que se passa quem a estuda para distingui-la das outras publicações. Características que a englobam como um todo são poucas, e as que melhor unificam são sua referencial aparência azul e seu preço baixo. (CHARTIER, 2003, p. 278)

4. Conclusão

A história da leitura, já trabalhada por muitos historiadores ao longo dos anos, ganha nova cara, através dos estudos de Roger Chartier.

Sua metodologia lança um olhar minucioso e atento às práticas e usos da leitura, antes desconhecidos ou ignorados pelas abordagens, literária e, histórica tradicional. Ela estabelece, então, duas peças centrais para a compreensão do ato de ler: a apropriação ligada às práticas de leitura e, a historicidade, que propõe a variabilidade dessas práticas segundo o tempo e seu contexto histórico.

A apropriação remete-se à forma como interpretamos o texto e todos os elementos que o rodeiam, desde seu aspecto de conteúdo escrito, até os outros elementos em seu entorno, como o suporte do livro. O contexto social em que o leitor se encontra, também deve ser levado em conta, pois cada indivíduo irá trabalhar os textos com base nas suas próprias expectativas de leitura.

Mas estas variáveis que moldam em formas múltiplas do ato de ler não são fixas no tempo. Elas sofrem o efeito de sua condição histórica, ou seja, não são eternas nem universais.

Assim temos a leitura, segundo Roger Chartier, uma prática social móvel em sua forma e sentidos.

Referências bibliográficas:

CHARTIER, R.; e CAVALLO, G. (Org.) *História da leitura no mundo ocidental 1*. São Paulo: Ática, 1998. (Coleção Múltiplas Escritas)

CHARTIER, R.; CAVALLO, G. (Org.) *História da leitura no mundo ocidental 2*. São Paulo: Ática, 1999. (Coleção Múltiplas Escritas)



CHARTIER, R. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2003.

CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP e Imprensa Oficial SP, 1998.

CHARTIER, Roger. *Entrevista TveBrasil*. Disponível em: www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/roger_chartier.htm. Acesso em: 30 de mar. de 2010

COLLÈGE DE FRANCE. Site. Disponível em: www.college-de-france.fr/default/EN/all/eur_mod. Acesso em: 30 de março de 2010.